



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DOS TRANSPORTES

CONTRATO DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO N.º 010/2017
AEROPORTO REGIONAL DE SANTO ÂNGELO

O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da **SECRETARIA DOS TRANSPORTES - ST**, sita na Av. Borges de Medeiros, nº 1501, 7º andar, criada pela Lei Estadual 14.733/2015, inscrita no CNPJ 08.838.143/0001-89, representado neste ato pelo seu titular **Sr. Pedro Bandarra Westphalen**, doravante denominado **CONCEDENTE** e a empresa **AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.**, com sede na Av. Marcos Penteadó de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 9º andar, Torre Jatobá, Cond. Castelo Branco Office Park, Tambaré, na cidade de Barueri/SP, CEP 06.460-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.296.295/0001-60, neste ato representada **por seu Procurador, Frederico Vilaronga Assis Pinho**, portador da carteira de identidade nº 10741162 SSP/MG e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 037.909.156-96 doravante denominado **CONCESSIONÁRIA**, para a execução do objeto descrito na Cláusula Primeira – Do Objeto.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do processo administrativo **PROA 17/1800-0000106-3**, regido pela Lei Federal nº 7.565 – Código Brasileiro de Aeronáutica, de 19 de dezembro de 1986, Resolução Nº 302 da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de 05 de fevereiro de 2014, e demais legislações pertinentes, assim como pelas cláusulas a seguir expressas.

CLÁUSULA 1. DO OBJETO

Concessão remunerada de uso de áreas no Aeroporto Regional de Santo Ângelo a seguir descritas:

- 1.1. Área Terminal de Passageiros – ATP de 18,91 m², no Saguão, para atendimento check in (3 posições) e back office;
- 1.2. Área Terminal de Passageiros – ATP, de 1,00m², para balcão móvel na Sala de Embarque;
- 1.3. Área Não Edificada – ANE, de 42,40 m², para instalação de contêiner de manutenção.

CLÁUSULA 2. DO PREÇO

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300 – Fax: (51) 3226-5893





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DOS TRANSPORTES

2.1 - A contraprestação que a CONCESSIONÁRIA pagará mensalmente à CONCEDENTE será de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA 3. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

3.1 - O preço do presente contrato será reajustado uma vez ao ano, quando houver a atualização dos valores básicos de preços específicos mensais para ocupação de áreas e instalações aeroportuárias, referentes à exploração de serviços aéreos públicos, os quais são fixados em Portaria própria da Secretaria dos Transportes.

3.2 - O reajuste será implementado a partir do mês subsequente ao da publicação da portaria de atualização, de forma automática, sem a necessidade de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA 4. DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento do valor retributivo e das taxas de ressarcimento deverá ser efetuado pela CONCESSIONÁRIA, até o 10 (décimo) dia do mês subsequente ao vencimento, através da Guia de Arrecadação - GA, cujo código é 505. A GA deverá ser gerada pela Concessionária, através da Internet, disponível no site www.transportes.rs.gov.br – Serviços e Informações – ST - Guias de Arrecadação/Taxas de Serviço – CONCESSÃO DE DIREITO DE USO – ÁREA AEROPORTO.

CLÁUSULA 5. DAS RECEITAS

5.1 - As receitas decorrentes do presente contrato serão registradas segundo a classificação 1.333.99.01.0001, destinadas ao Caixa Único do Tesouro do Estado, as quais retornam para a ST na forma de cota de custeio código 110, com aplicação orçamentária na atividade nº 5638 – manutenção de aeroportos, em atendimento à cláusula décima – da remuneração, em especial os itens 10.2 e 10.5 do respectivo Convênios de Outorgas Nºs 101/2013 – D.O.U de 31/07/2013.

CLÁUSULA 6. DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

6.1 - Os valores do presente contrato, não pagos até o vencimento da obrigação sofrerão a multa prevista no item “12.1.2” da Cláusula Décima Segunda e serão corrigidos, desde então até a data do efetivo pagamento, *pro rata-die*, pelo Índice Geral de Preços de Mercado o IGP – M.

CLÁUSULA 7. DOS PRAZOS

7.1 - O prazo de vigência deste contrato será de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado sucessivamente, por iguais períodos, enquanto vigente a outorga para a exploração do serviço aéreo público a que se vincula a utilização da área, mediante Termo Aditivo, condicionado a motivação por qualquer das partes, com antecedência mínima de 30 dias, respeitado o prazo máximo de 25 anos, conforme dispõe o artigo 14 da Resolução nº 302, de 05 de fevereiro de 2014, da ANAC.

CLÁUSULA 8. DAS BENFEITORIAS

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300 – Fax: (51) 3226-5893

[Assinatura]
AZUL
JURÍDICO
AZUL



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DOS TRANSPORTES

8.1- As edificações, benfeitorias e instalação permanentes que vieram a ser efetuadas pela CONCESSIONÁRIA, deverão obedecer, aos projetos e especificações aprovadas expressa e previamente pela CONCEDENTE, sem prejuízo do cumprimento de outras exigências advindas do Poder Público.

8.2- As benfeitorias e instalações permanentes que vierem a ser efetuadas passarão à propriedade da CONCEDENTE, independentemente de qualquer indenização, ressalvadas as benfeitorias móveis e desmontáveis, tais como, estruturas metálicas, de fechamento, divisórias, lambris, biombos, luminárias ou outras, que poderão ser retiradas pela CONCESSIONÁRIA, desde que não integrem a estrutura e a essência do imóvel, correndo por sua conta as despesas com remoção e o risco decorrente de seu levantamento;

CLÁUSULA 9. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

9.1 - Dos Direitos:

9.1.1 - da CONCEDENTE

9.1.1.1 - perceber o valor ajustado, na forma e no prazo convencionado; e

9.1.1.2 - designar servidores para fiscalizar o cumprimento de cláusulas contratuais, notadamente as condições de higiene, asseio, conservação e segurança, bem como a qualidade do atendimento oferecido ao público alvo.

9.1.1.3 - findo ou rescindido o contrato, receber a área descrita na Cláusula Primeira – Do Objeto, em perfeitas condições de uso.

9.1.2 – da CONCESSIONÁRIA

9.1.2.1- receber as áreas descritas no Objeto deste contrato, nas condições em que se encontram.

9.2– das Obrigações:

9.2.1 – da CONCEDENTE:

9.2.1.1– Ceder a concessão de uso à CONCESSIONÁRIA para exploração das áreas descritas na Cláusula Primeira – Do Objeto, dando as condições necessárias a regular execução do presente contrato.

9.2.2– da CONCESSIONÁRIA:

9.2.2.1- Contratar seguro contra incêndio e de responsabilidade civil geral proporcional à área utilizada, cobrindo pessoas, bens e coisas de terceiros, quando no interior de suas instalações;

9.2.2.2- Efetuar o pagamento ajustado;

9.2.2.3 – Atender com elevado padrão, mantendo em serviço sempre número suficiente de empregados;

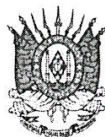
9.2.2.4 - Cumprir e fazer cumprir pelos seus empregados, prepostos e contratados, as instruções e regulamentos da CONCEDENTE, visando a boa ordem dos serviços que ali operam, bem como a segurança aeroportuária;

9.2.2.5 – Conservar e manter a área em perfeitas condições de funcionamento, segurança, conservação e limpeza, dando solução adequada à retirada de lixo e seu depósito em local designado pelo Administrador Local do Aeroporto, arcando com as despesas para tanto necessárias e garantindo o estrito cumprimento da legislação ambiental vigente;

9.2.2.6 - Pagar juntamente com o estipulado na Cláusula Quarta uma taxa de ressarcimento de água, esgoto, coleta de lixo, energia elétrica e outras taxas, se houverem, cujo valor será determinado através de rateio feito pela CONCEDENTE, bem como quaisquer ônus que recaiam sobre a área utilizada, incluindo-se tributos municipais, estaduais ou federais;

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300 – Fax: (51) 3226-5893





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DOS TRANSPORTES

- 9.2.2.7 - Apresentar relação dos aparelhos/equipamentos elétricos que forem instalados no local, até 5 dias após o início das atividades fins, informando quantidades, potência (w) de consumo de cada um e tempo de uso diário, tendo em vista o cálculo do consumo de energia elétrica mensal, com o fim de ressarcimento do valor respectivo; e/ou, se for o caso, solicitar a ligação elétrica para a área objeto diretamente à companhia de energia elétrica;
- 9.2.2.8 - Não poderá realizar obras ou benfeitorias, nem transferir a presente concessão a terceiros, sem que haja autorização prévia e expressa da CONCEDENTE;
- 9.2.2.9 – Respeitar e cumprir integralmente o horário de funcionamento, diariamente, incluindo sábados, domingos e feriados, ficando proibido o funcionamento dos serviços objeto da presente licitação, fora das condições aqui estipuladas, salvo em casos excepcionais devidamente autorizado pela CONCEDENTE;
- 9.2.2.10 – Instalar na área, às próprias expensas, todos os equipamentos necessários e indispensáveis de acordo com os projetos aprovados pela CONCEDENTE – máquinas, móveis e utensílios ou benfeitorias e instalações fixas que venham a ser construídas – no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da autorização para início da concessão, os quais poderão ser retirados, desde que não integrem a estrutura e substância do imóvel, correndo por conta da CONCESSIONÁRIA as despesas com remoção e o risco pelo seu levantamento;
- 9.2.2.11 – A CONCESSIONÁRIA é responsável por todos e quaisquer danos que causar à CONCEDENTE e/ou a terceiros, ocorridos na área ocupada no aeroporto, inclusive os praticados por pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas por prestação de serviços, devendo indenizar, de imediato, a parte prejudicada consoante art. 927 do Código Civil;
- 9.2.2.12 – Adequar as necessidades de suas atividades à capacidade técnica das instalações do aeroporto, bem como encerrar qualquer atividade que venha a ser proibida por órgão competente;
- 9.2.2.13 - Submeter-se à fiscalização da CONCEDENTE, através de seus agentes especialmente designados e apresentar durante a execução do contrato, sempre que solicitados documentos que comprovem o regular cumprimento da legislação em vigor, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e comerciais;
- 9.2.2.14– Comunicar, de imediato, qualquer alteração ocorrida em seu Contrato ou Estatuto Social, incluindo fusão ou cisão de capital social ou transferência de cotas, cuja ocorrência ensejará, de imediato, a revisão das condições contratuais, bem como manter atualizado o endereço para correspondências;
- 9.2.2.15 - Fornecer à Administração Local do Aeroporto a relação nominal do pessoal que trabalhará no local, com a respectiva qualificação, atualizando-a quando ocorrer qualquer alteração;
- 9.2.2.16 - Os prepostos e funcionários deverão estar identificados com credenciais que serão fornecidos pelo DAP, por solicitação do Concessionário, conforme atos normativos da ANAC (IAC e/ou Resoluções). Em caso de extravio, a segunda credencial será fornecida mediante reembolso dos respectivos custos, através de Guia de Arrecadação do Tesouro do Estado – GA;
- 9.2.2.17 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento, em especial pela Resolução ANAC n.º 302/14, de 05/02/2014 e legislação pertinente;
- 9.2.2.18 - Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas de seus empregados, bem como pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato;
- e

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300 – Fax: (51) 3226-5893





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DOS TRANSPORTES

9.2.2.19 - Restituir a área concedida em perfeitas condições, no prazo de, até, 30 dias, findo ou rescindido o contrato, formalizado através de Termo de Vistoria da Área, assinado pelas partes e acompanhado de laudo técnico emitido por profissional legalmente habilitado, com a assunção de eventuais despesas decorrentes.

9.2.2.20 Atender a legislação vigente sobre Prevenção de Acidentes, Segurança e Higiene do Trabalho.

CLÁUSULA 10. DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1 A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 11. DA RESCISÃO

11.1 Este contrato poderá ser rescindido de acordo com art. 79, Lei federal nº 8.666/93.

11.2 O presente contrato poderá ser denunciado a qualquer tempo por interesse administrativo, sem que caiba à CONCESSIONÁRIA, a qualquer título, indenização ou compensação pela rescisão do contrato.

11.3 Também durante a vigência deste instrumento, ficará sujeita a CONCESSIONÁRIA se der causa à rescisão, a indenizar ao CONCEDENTE em tantas vezes o valor mensal quantos forem os meses que faltarem para o término do contrato, considerando como base de cálculo o valor mensal vigente à época da rescisão.

11.4 Findo ou rescindido o contrato, o CONCEDENTE entrará de imediato e de pleno direito, na posse de área, sem que assista à CONCESSIONÁRIA qualquer direito à indenização ou compensação.

11.5 Na ocorrência de qualquer hipótese a CONCESSIONÁRIA, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, deverá retirar da área, os bens, mobiliários e equipamentos de sua propriedade, sob pena de não o fazendo, serem os mesmos considerados abandonados e com destinação a critério do CONCEDENTE.

11.6 Até a efetiva desocupação da área a CONCESSIONÁRIA obriga-se ao pagamento do preço específico e dos demais encargos estabelecidos neste contrato.

CLÁUSULA 12. DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

12.1 No caso de infringência aos regramentos deste contrato, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pela CONCESSIONÁRIA, ser-lhe-ão aplicadas penalidades, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, artigo 28 da Lei Estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009, bem como Decreto estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados.

12.1.1 Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades;

12.1.2 Multas sobre o valor total atualizado do contrato:

- a) de **0,5 %** (zero, cinco por cento) por dia de atraso que exceder o prazo fixado para pagamento do valor retributivo mensal, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor da obrigação;
- b) descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente, inexecução parcial, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado: 10% (dez por cento);

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300 – Fax: (51) 3226-5893





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

c) de 10% (dez por cento), sobre o valor atualizado do contrato, nos casos de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou em desacordo com as condições e/ou negligência na execução do objeto contratado;

d) de 5 (cinco) vezes o valor mensal, vigente na época, pelo abandono da área;

12.1.2.1 As multas moratórias previstas nos itens acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

12.1.2.2 A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

12.1.3 Suspensão, sendo descredenciado e ficando impedido de licitar e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, o licitante que:

a) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

b) falhar ou fraudar na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo;

d) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

12.1.3.1 A suspensão temporária ensejará a rescisão imediata do contrato pelo Ordenador de Despesas.

12.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, feita pelo Secretário de Estado, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2 Para aplicação da penalidade de inidoneidade o prazo de defesa prévia do interessado será de 10 (dez) dias a contar da abertura de vista.

12.3 Para aplicação das demais penalidades, o prazo de defesa prévia do interessado será de 5 (cinco) dias úteis a contar da abertura de vista.

12.4 Das penalidades de que trata esta cláusula cabe recurso ou pedido de representação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, bem como pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme o caso.

12.5 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e não terá caráter compensatório.

12.6 A aplicação de sanções não exime a CONCESSIONÁRIA da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha a causar ao Estado.

12.7 As multas deverão ser recolhidas, por guia de arrecadação, código 505, conforme disposto no Decreto nº 46.566/2009, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA 13. DA RESPONSABILIDADE CIVIL

13.1 A CONCESSIONÁRIA se responsabilizará civilmente por todos os danos causados nas dependências do objeto da licitação, consoante artigo 927 do Código Civil.

CLÁUSULA 14. DA EFICÁCIA

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300 – Fax: (51) 3226-5893



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DOS TRANSPORTES

14.1 O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Fica eleito o Foro de Porto Alegre para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

15.2 E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre, 31 de Maio de 2017.

PEDRO BANDARRA WESTPHALEN

Vanderlan Frank Carvalho
Secretário Adjunto - ST

Concedente

FREDERICO VILARONGA ASSIS PINHO

Concessionária

Testemunhas:

Kátia Setani Sandanelli

Kátia Setani Sandanelli
RG: 19.105.037
CPF: 095.004.008-80

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300 – Fax: (51) 3226-5893



Porto Alegre, quinta-feira, 1º de junho de 2017

DIÁRIO OFICIAL 35

SÚMULAS

1º TA ao Contrato nº CEEE D/9952366. 5000000198. Contratada: HMV Ingenieros LTDA E JPPA Gerenciamento E Projetos LTDA. Objeto: Prorroga prazo até 30/06/2017, altera marcos contratuais, altera serviços e materiais e adapta ao Decreto 52.215/14. Data Ass.: 31/05/2017. Base Legal: Art. 57 1º, incisos II e IV e Art. 65, inciso I, alínea "b" c/c 1º da Lei 8.666/93.
4º TA ao Contrato nº CEEE D/9949613. 5000000273. Contratada: ABB LTDA. Objeto: Prorroga prazo de vigência por 146 dias a contar de 30/03/2017. Data Ass.: 30/05/2017. Base Legal: Art. 57 1º, incisos I e II da Lei 8.666/93.

Código: 1768170

Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul

DIRETOR-PRESIDENTE: CLAUDEMIR BRAGAGNOLO
End: Rua Sete de Setembro, 1069 - 5º andar
Porto Alegre/RS - 90010-191

LICITAÇÕES

AVISO DE SUSPENSÃO DE DATA DO CERTAME - PREGÃO ELETRÔNICO 05/17
A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS, com sede na Rua Sete de Setembro, 1069 - 5º andar, Porto Alegre/RS, torna público a **suspensão** de data da seguinte licitação: **Pregão Eletrônico 05/17** Tipo: **Menor Preço**; Data: **02/06/2017**, às **10h**; Objeto: A contratação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, em recepção, condução de veículos, limpeza, copa, contínuo (office-boy) e serviços de conservação e manutenção predial para atuar nas dependências da SULGÁS, conforme detalhamento constante do Anexo II - Termo de Referência deste Edital. A ata estará disponível nos sites www.sulgas.rs.gov.br e www.pregaobanrisul.com.br. Mais informações, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, com a Equipe do Pregão, tel. (51) 3287-2200, fax (51) 3287-2205, e e-mail: pregao@sulgas.rs.gov.br.
Porto Alegre, 01 de junho de 2017.
Rafael Marczewski Gonçalves
Pregoeiro

Código: 1768192

SÚMULAS

EXTRATOS
1 - Contrato de Patrocínio - **COM-2017-49/17-0**; 2 - Partes: Sulgás - V2A Organização e promoção de Eventos Ltda.; 3 - Objeto do Contrato: Patrocínio pela SULGÁS à PATROCINADA, ao projeto Casa Cor 2017 a ser realizado nos meses de junho a agosto de 2017, no Petrópole Tênis Clube, localizado na Rua Faria Santos, 451, em Porto Alegre; 4 - Valor: R\$ 66.000,00; 5 - Processo: 2017-00089; 6 - Licitação: Inexigibilidade; 7 - Recurso Financeiro: 2017; 8 - Poa, 18/05/2017.
1 - Aditivo - **GELOG-2017-07/17-1**; 2 - Partes: Sulgás - Concremat Engenharia e Tecnologia S.A.; 3 - Objeto do Contrato: Prestação de serviços de patrulhamento da rede, inspeção de faixa e acompanhamento de obras de terceiros interferentes a redes de distribuição de gás natural no Estado do Rio Grande do Sul, por um período de 02 anos; 4 - Objeto do Aditivo: As partes convençionalmente que as notas fiscais e os pagamentos, a partir desta data, serão emitidos e efetuados, respectivamente, em favor do CNPJ nº 33.146.648/0008-04 (filial da CONCREMAT, localizada na Rua Fúriel Luiz Antônio Vargas, nº 380, sala 202, Bairro Bela Vista, em Porto Alegre/RS, CEP: 90470-130, com Inscrição Estadual nº 096/9006055 e Inscrição Municipal nº 407.828); 5 - Processo: 2016-00470; 6 - Licitação: Concorrência 03/16; 7 - Recurso Financeiro: 2017; 8 - Poa, 30/05/2017.

Código: 1768191

Secretaria dos Transportes

Secretaria dos Transportes

SECRETÁRIO: PEDRO BANDARRA WESTPHALEN
End: Av. Borges de Medeiros, 1501 - 7º andar
Porto Alegre/RS - 90119-900

PORTARIAS

PORTARIA - ST Nº 21/2017

O Secretário de Estado dos Transportes, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual e considerando:

- o estabelecido no anexo II, da Lei Estadual nº 14.733, de 15 de setembro de 2015, dispõe sobre a estrutura administrativa e diretrizes do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul e estabelece as atribuições da Secretaria dos Transportes; e

- a necessidade de definir as ações operacionais nas rodovias administradas pela Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR.

RESOLVE

Art. 1º - Criar Grupo de Trabalho, com o objetivo definir as atribuições e competência nas rodovias administradas pela Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR e Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER.

Art. 2º - O Grupo de trabalho será composto:

1 - Secretaria dos Transportes
- Diretor de Logística e Integração - Roney Arnaldo Bittencourt;
- Assessor Jurídico - Luiz Felipe Corrêa Martins

2 - Procuradoria-Geral do Estado
- Agente Setorial(ST) - Dr. Paulo Rogério Silva dos Santos

3 - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER
- Especialista Rodoviário - Simões Bohrer Simões

4 - Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR
- Gerente Jurídica - Dra. Lúcia Gonçalves Monmany

Art. 3º - Da Coordenação:
§ 1º - A Coordenação Geral do Grupo será exercida pelo representante da Procuradoria-Geral do Estado.

§ 2º - A Coordenação Técnica e Operacional dos Trabalhos será executada pelo Diretor de Logística e Integração da Secretaria dos Transportes.

Art. 4º - O Grupo poderá convidar, sempre que entender conveniente, para participar de suas reuniões, representantes dos Órgãos mencionados no artigo anterior sempre que houver necessidade de dirimir dúvidas de cunho legal, técnico e operacional.

Art. 5º - O Grupo, ora constituído, terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a partir da data da publicação desta Portaria, prorrogáveis mediante fundamentação, para apresentação do relatório final.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, de 01 de junho de 2017.

Vanderlan Frank Carvalho
Secretário Adjunto - ST

Código: 1768197

SÚMULAS

CONTRATO DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO N.º 010/2017

Expediente Administrativo nº: 17/1800-0000106-3

Partes: Secretaria dos Transportes e a empresa Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. - CNPJ: 09.296.295/0001-60;

Objeto: Concessão remunerada de uso de áreas no Aeroporto Regional de Santo Ângelo: Área Terminal de Passageiros - ATP de 18,91 m², no Saguão, para atendimento check in e back office; Área Terminal de Passageiros - ATP, de 1,00m², para balcão móvel na Sala de Embarque; Área Não Edificada - ANE, de 42,40 m², para instalação de contêiner de manutenção.
Valor: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensal;
Prazo: 60 (sessenta) meses;
Base Legal: Artigo 40 da Lei 7.565/86 - Código Brasileiro Aeronáutico.

Porto Alegre, 31 de maio de 2017.

Pedro Bandarra Westphalen
Secretário dos Transportes

Código: 1768572

Superintendência do Porto do Rio Grande - SUPRG

DIRETOR SUPERINTENDENTE: JANIR SOUZA BRANCO
End: Avenida Honório Bicalho S/Nº, bairro Getúlio
Rio Grande/RS - 96201-020

SÚMULAS

Estado do Rio Grande do SulSecretaria dos TransportesSUPRG

SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CPS Nº 846/2017

CONTRATANTES: Superintendência do Porto do Rio Grande - SUPRG e a empresa **Marca Sistemas de Computação Ltda.**

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Execução de serviços técnicos em tecnologia da informação para gestão portuária, para o Sistema Integrado de Gestão e Administração Portuária do Porto do Rio Grande - Sistema Porto, implantado junto à Superintendência do Porto do Rio Grande - SUPRG.

DOS VALORES: O preço para o presente ajuste é de R\$ 4.910.760,00 (Quatro milhões, novecentos e dez mil, setecentos e sessenta reais), constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

DO PRAZO: O Prazo para execução dos serviços técnicos especializados é de 12 (doze) meses, a partir da formalização da autorização para início dos serviços fornecida pela SUPRG.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Todos os documentos atinentes a este Contrato encontram-se no Processo Administrativo nº 000885-04.43/14-3, à disposição na SUPRG. Fica eleito o Foro do Rio Grande, RS, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

Rio Grande, 31 de maio de 2017.

Janir Souza Branco
Diretor Superintendente

Código: 1768200

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

DIRETOR-GERAL: ROGÉRIO BRASIL UBERTI
End: Av. Borges de Medeiros, 1555
Porto Alegre/RS - 90110-150

Direção-Geral do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

CONTRATOS

Assunto: Contrato
Expediente: 17/0435-0003972-7

Termo Aditivo Nº 6 Contrato: 2014/020366

CONTRATANTE: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem; **CONTRATADO:** Sinasc Sinalização e Constr. de Rod. Ltda; **OBJETO:** Exec. de serv. de sinalização em rod. estaduais p/ o DAER/RS, Lote 01, c/ ext. de 350,084 km, conf. Termo de Referência, Anexo IV do Edital.; **OBJETO DO ADITIVO:** Pror. do prazo p/ 16/MARÇO/2018; ****CONTRATADA:** CONSÓRCIO CAMINHOS DO SUL, formado p/ empresas Sinasc Sinal. e Constr. de Rodov. Ltda (Lider); Sinalvias " Sinaliz. Viária Ltda; e Sinalta Propista Sinal. Segur. e Comunicação Visual Ltda.; **PRAZO:** 17/03/2014 até 16/03/2018; **VALOR:** R\$ 13.765.963,75 (Total); **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:** ***FUNDAMENTAÇÃO:** Resolução n.º 7023, do Cons. de Adm. do DAER/RS, objeto do exp., que se encontra a disp. dos interessados no DAER/RS. ***CORREÇÃO:** Ext. de 404,884 km do Lote 1; TA 06 AO CT AJ/CD/005/14. DATA: 25/05/17.

Código: 1768560